

(*) Publicada no DOE TC/MS nº 0436, de 19 de março de 2012, página 01/08.

OTJ - ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS DGGM/PRES Nº 08, DE 14 DE MARÇO DE 2012.

“Dispõe sobre a entrega de documentos relacionados aos processos de Balanço Geral (Contas de Gestão e de Governo) por meio de arquivos eletrônicos”.

A DIRETORIA GERAL DE GESTÃO MODERNIZAÇÃO, órgão diretamente ligado à Presidência deste Tribunal de Contas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, XI, da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e pelo art. 1º da Resolução Normativa TC/MS Nº 61/08, e ainda,

Considerando os avanços obtidos por este Tribunal na utilização de meio eletrônico para a tramitação dos processos de julgamento das contas públicas;

Considerando a necessidade contingente de se aprimorar o recebimento dos documentos que lastreiam a prestação de contas, lançando mão de meios mais eficientes, céleres e sustentáveis para tanto;

Art. 1º Os documentos relacionados ao balanço geral (contas de governo e de gestão), previstos no Anexo I da Instrução Normativa nº 35 de 14 de dezembro de 2011, podem ser encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul por meio de arquivos eletrônicos armazenados em *compact disc* (CD) ou *digital versatile disc* (DVD).

§ 1º A entrega dos arquivos eletrônicos deve ser realizada junto ao setor de protocolo.

§ 2º Os CDs ou DVDs que armazenem os arquivos eletrônicos devem ser encaminhados separadamente por unidade gestora.

Art. 2º O encaminhamento dos documentos previsto no art. 1º, deve atender, no que couber, às disposições aplicáveis aos demais documentos, e também ao seguinte:

I – cada documento previsto na IN nº 35/11 deve estar armazenado em um arquivo específico, sendo vedado o armazenamento de mais de um documento no mesmo arquivo;

II – deter a denominação estabelecida nos anexos desta OTJ;

III – o ofício de encaminhamento dos arquivos eletrônicos deve ser formalizado em papel;

Art. 3º Cada arquivo eletrônico deve atender às seguintes especificações:

I – conter assinatura digital capaz de lhe garantir autenticidade e integridade, nos termos da legislação vigente;

II – deter o formato *portable document format* (pdf);

III – deter resolução de imagem entre 200 a 300 *dots per inch* (dpi);

IV – permitir o reconhecimento de caracteres por meio da tecnologia *optical character recognition* (ocr);

Parágrafo único. A assinatura digital do arquivo deve ser realizada por todos aqueles que devem se responsabilizar pela elaboração do respectivo documento, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º É vedado o recebimento de documento encaminhado em meio digital que deixe de atender a qualquer uma das disposições desta OTJ.

Art. 5º Esta Orientação Técnica aos Jurisdicionados entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande, 14 de março de 2012.

Conselheiro Cícero Antônio de Souza
Presidente

Parajara Moraes Alves Júnior
Diretor Geral de Gestão e Modernização

<i>(*) Os textos contidos nesta base de dados têm caráter meramente informativo. Somente os publicados no Diário Oficial estão aptos à produção de efeitos legais.</i>

ANEXO I

Documentos da Seção I do Capítulo I do Anexo I da IN N° 35/11

TABELA 'A'

1.2. CONTAS ANUAIS DE GOVERNO (BALANÇO CONSOLIDADO) (ESTADUAL)	
DOCUMENTO IN 35/2011	NOME DO ARQUIVO ELETRÔNICO
2. Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno;	Parecer técnico
3. Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;	Pronunciamento
4. Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Subanexo I;	Cadastro de responsáveis
5. Quadro demonstrativo, identificando cada programa de Governo, com as metas previstas e realizadas, inclusive fiscais, se for o caso, e despesa inicial fixada com a realizada;	Quadro demonstrative
6. Anexos da lei n. 4.320/64:	
6.a) Balanço orçamentário (Anexo 12 da Lei n. 4.320/64);	Anexo 12
6.b) Balanço financeiro (Anexo 13 da Lei n. 4.320/64);	Anexo 13
6.c) Balanço patrimonial (Anexo 14 da Lei n. 4.320/64);	Anexo 14
6.d) Demonstrativo das variações patrimoniais (Anexo 15 da Lei n. 4.320/64);	Anexo 15
6.e) Demonstrativos das receitas e despesas segundo as categorias econômicas (Anexo 1 da Lei n. 4320/64);	Anexo 1
6.f) Resumo geral da receita (Anexo 2 da Lei n. 4.320/64);	Anexo 2
6.g) Programa de trabalho (Anexo 6 da Lei n. 4.320/64);	Anexo 6
6.h) Programa de trabalho do governo – demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades (Anexo 7 da Lei n. 4.320/64);	Anexo 7
6.i) Demonstrativo de despesas por funções, programas e subprogramas, conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8 da Lei n. 4.320/64);	Anexo 8
6.j) Demonstrativo das despesas por órgão e funções (Anexo 9 da Lei n.4.320/64);	Anexo 9
6.k) Comparativo de receita orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei n. 4.320/64)	Anexo 10
6.l) Comparativo da despesa autorizada com a realizada (Anexo 11 da Lei n. 4.320/64)	Anexo 11
6.m) Demonstrativo das dívidas fundadas internas e externas (Anexo 16 da Lei n. 4.320/64)	Anexo 16
6.n) Demonstrativo da dívida flutuante (Anexo 17 da Lei n. 4.320/64)	Anexo 17
7. Demonstrativo das alterações orçamentárias	Alterações orçamentárias
8. Demonstrativo de abertura de créditos adicionais (art. 43, § 1º, incisos I a IV da Lei n. 4.320/64)	Abertura de créditos
9. Demonstrativo dos restos a pagar por exercício	Restos a pagar
10. Demonstrativo dos bens móveis e imóveis por unidades orçamentárias	Demonstrativos de bens móveis UO
11. Demonstrativo dos bens móveis do Estado	Demonstrativo de bens móveis
12. Demonstrativo do movimento de fundos	Demonstrativo de movimento de fundos
13. Demonstrativo das despesas executadas na manutenção e desenvolvimento do ensino, destacando as do ensino básico	Demonstrativos das despesas executadas
14. Demonstrativo das despesas com ações e serviços na área de saúde	Demonstrativos das despesas com saúde
15. Demonstrativo das despesas com pessoal, apontando os critérios utilizados para a apuração do <i>quantum</i>	Demonstrativo despesas com pessoal
16. Demonstrativo, no último ano de mandato, das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres.	Despesas dos 2 últimos quadrimestres
17. Relação:	
17.a) Dos repasses concedidos e recebidos	Repasses
17.b) Dos adiantamentos concedidos	Adiantamentos
17.c) Dos convênios, contratos, auxílios, acordos, ajustes e congêneres	Convênios e outros
17.d) Dos restos a pagar processados e não processados (destacando os restos a pagar da saúde e da educação)	Restos a pagar processados e não processados
17.e) Dos devedores da dívida ativa	Dívida ativa

17.f) Dos precatórios (pagos e não pagos)	Precatórios
18. Extrato dos credores componentes da dívida fundada interna e externa, contendo o saldo em 31 de dezembro;	Extratos credores
19. Relatório sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira;	Relatório sobre execução
20. Extrato e conciliação bancária do mês de dezembro;	Extrato; Conciliação bancária
21. Leis autorizativas da dívida fundada;	Leis
22. Publicação dos balanços no Diário Oficial do Estado.	Publicação

TABELA 'B'

2 – PODER LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO (ESTADUAL)	
2.1. CONTAS DE GESTÃO (BALANÇO GERAL)	
DOCUMENTO IN 35/2011	NOME DO ARQUIVO ELETRÔNICO
2. Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno;	Parecer técnico
3. Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;	Pronunciamento
4. Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Subanexo I;	Cadastro de responsáveis
5. Documento comprobatório da publicação dos balanços;	Publicação
6. Balanço Orçamentário, conforme Anexo 12 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 12
7. Balanço Financeiro, conforme Anexo 13 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 13
8. Balanço Patrimonial, conforme Anexo 14 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 14
9. Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme Anexo 15 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 15
10. Anexos 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 da Lei nº. 4.320/64;	
10.1 Anexo 1 da Lei n. 4320/64	Anexo 1
10.2 Anexo 2 da Lei n. 4.320/64	Anexo 2
10.3 Anexo 6 da Lei n. 4.320/64	Anexo 6
10.4 Anexo 7 da Lei n. 4.320/64	Anexo 7
10.5 Anexo 8 da Lei n. 4.320/64	Anexo 8
10.6 Anexo 9 da Lei n. 4.320/64	Anexo 9
10.7 Anexo 10 da Lei n. 4.320/64	Anexo 10
10.8 Anexo 11 da Lei n. 4.320/64	Anexo 11
10.9 Anexo 16 da Lei n. 4.320/64	Anexo 16
10.10 Anexo 17 da Lei n. 4.320/64	Anexo 17
11. Relação analítica dos restos a pagar inscritos no exercício, discriminando os processados e não processados, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, e indicando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar inscritos
12. Relação analítica dos restos a pagar pagos no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar pagos
13. Relação analítica dos restos a pagar cancelados no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar cancelados
14. Justificativa dos cancelamentos dos restos a pagar;	Justificativa
15. No último ano de mandato: demonstrativo das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres, identificando as liquidadas e não liquidadas, em ordem sequencial de número de empenhos, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários.	Despesas dos 2 últimos quadrimestres

TABELA 'C'

3 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES (ESTADUAL)	
3.1. CONTAS DE GESTÃO (BALANÇO GERAL)	
DOCUMENTO IN 35/2011	NOME DO ARQUIVO ELETRÔNICO

2. Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno;	Parecer técnico
3. Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;	Pronunciamento
4. Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Subanexo I;	Cadastro de responsáveis
5. Relatório com informações acerca do montante dos recursos aplicados na execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual;	Recursos Aplicados
6. Documento comprobatório da publicação dos balanços;	Publicação
7. Balanço Orçamentário, conforme Anexo 12 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 12
8. Balanço Financeiro, conforme Anexo 13 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 13
9. Balanço Patrimonial, conforme Anexo 14 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 14
10. Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme Anexo 15 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 15
11. Anexos 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 da Lei nº. 4.320/64;	
11.1 Anexo 1 da Lei n. 4.320/64	Anexo 1
11.2 Anexo 2 da Lei n. 4.320/64	Anexo 2
11.3 Anexo 6 da Lei n. 4.320/64	Anexo 6
11.4 Anexo 7 da Lei n. 4.320/64	Anexo 7
11.5 Anexo 8 da Lei n. 4.320/64	Anexo 8
11.6 Anexo 9 da Lei n. 4.320/64	Anexo 9
11.7 Anexo 10 da Lei n. 4.320/64	Anexo 10
11.8 Anexo 11 da Lei n. 4.320/64	Anexo 11
11.9 Anexo 16 da Lei n. 4.320/64	Anexo 16
11.10 Anexo 17 da Lei n. 4.320/64	Anexo 17
12. Relação dos restos a pagar inscritos no exercício, discriminando processados e não processados, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, indicando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar inscritos
13. Relação dos restos a pagar pagos no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar pagos
14. Relação dos restos a pagar cancelados no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar cancelados
15. Justificativa dos cancelamentos dos restos a pagar;	Justificativa
16. No último ano de mandato: demonstrativo das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres, identificando as liquidadas e não liquidadas, em ordem sequencial de número de empenhos, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários.	Despesas dos 2 últimos quadrimestres

TABELA 'D'

4 – EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (ESTADUAL)	
4.1. CONTAS DE GESTÃO (BALANÇO GERAL)	
DOCUMENTO IN 35/2011	NOME DO ARQUIVO ELETRÔNICO
2. Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno;	Parecer técnico
3. Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;	Pronunciamento
4. Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Subanexo I;	Cadastro de responsáveis
5. Documentos comprobatórios da publicação dos balanços;	Publicação
6. Parecer dos órgãos internos que devam se pronunciar sobre as contas;	Parecer interno
7. Pronunciamento conclusivo do titular da pasta a que estiver vinculada a entidade;	Pronunciamento
8. Relatório da Diretoria ou da Administração;	Relatório Administrativo
9. Balanço Patrimonial;	Balanço Patrimonial

10. Demonstração do resultado do exercício;	DRE
11. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados ou demonstração das mutações patrimoniais;	Demonstrações
12. Demonstração de fluxo de caixa (substituição do DOAR – Denominação das Origens e Aplicações de Recursos – Lei 6.404/1976, artigo 176, IV);	Fluxo de caixa
13. Notas explicativas;	Notas explicativas
14. Parecer do Conselho Fiscal;	Parecer do Conselho Fiscal
15. Parecer de auditoria independente, quando for o caso;	Parecer de auditoria

TABELA 'E'

5 – REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO (ESTADUAL)	
5.1. CONTAS DE GESTÃO (BALANÇO GERAL)	
DOCUMENTO IN 35/2011	NOME DO ARQUIVO ELETRÔNICO
2. Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Subanexo I;	Cadastro de responsáveis
3. Parecer técnico conclusivo da unidade de controle interno sobre as contas;	Parecer interno
4. Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;	Pronunciamento
5. Certificado do gestor de aprovação em exame organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, nos termos da Portaria MPS nº. 155/2008;	Certificado
6. Comprovante de publicação dos balanços;	Publicação
7. Balanço Orçamentário, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	Balanço Orçamentário
8. Balanço Financeiro, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	Balanço Financeiro
9. Balanço Patrimonial, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	Balanço Patrimonial
10. Demonstração das Variações Patrimoniais, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	DVP
11. Demonstração Analítica dos Investimentos, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	DAI
12. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras contendo, dentre outros, a avaliação da situação patrimonial; a avaliação e contabilização dos investimentos; os critérios utilizados para constituições de provisões, depreciações, amortizações e reavaliações, com indicação dos efeitos no patrimônio do RPPS;	Notas explicativas
13. Anexos 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 da Lei nº. 4.320/64;	
13.1 Anexo 1 da Lei n. 4.320/64	Anexo 1
13.2 Anexo 2 da Lei n. 4.320/64	Anexo 2
13.3 Anexo 6 da Lei n. 4.320/64	Anexo 6
13.4 Anexo 7 da Lei n. 4.320/64	Anexo 7
13.5 Anexo 8 da Lei n. 4.320/64	Anexo 8
13.6 Anexo 9 da Lei n. 4.320/64	Anexo 9
13.10 Anexo 17 da Lei n. 4.320/64	Anexo 17
14. Relação dos restos a pagar inscritos no exercício, discriminando processados e não processados, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, indicando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar inscritos
15. Relação dos restos a pagar pagos no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar pagos
16. Relação dos restos a pagar cancelados no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar cancelados

17. Justificativa dos cancelamentos dos restos a pagar;	Justificativas
18. Avaliação atuarial anual;	Avaliação
19. Demonstrativo das despesas com manutenção do RPPS no exercício, nos termos do art. 15, da Portaria MPS nº. 402/2008, conforme Subanexo XLI;	Demonstrativo das despesas
20. Demonstrativo dos processos de concessão de benefícios pelo RPPS, cujos beneficiários tenham tempo de serviço certificado pelo RGPS, nos termos da Lei nº. 9.796/99 e art. 14 da Lei nº. 10.887/04, conforme Subanexo XXXVII;	Demonstrativos dos processos
21. Avaliação do desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no caso de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, nos termos do art. 58 da LC 101/00 – LRF;	Avaliação do desempenho arrecadação
22. Avaliação de desempenho das aplicações financeiras, nos termos do inciso III, do art. 22 da Resolução nº. 3.506/2007 do CMN, destacando a composição dos investimentos, o quadro comparativo de taxas ofertadas por instituições do mercado e a classificação efetuada por agências classificadoras de risco, quando se aplicar;	Avaliação do desempenho aplicações
23. Parecer do Conselho fiscal, quando se aplicar;	Parecer
24. Declaração em que se indique o endereço eletrônico na internet de disponibilização das receitas e despesas previdenciárias, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei nº. 10.887/04;	Declaração endereço
25. Declaração em que se afirme a disponibilização do registro individualizado aos servidores, mediante extrato anual, nos termos definidos no art. 18 da Portaria nº. 402/2008 do MPS e art. 1º, VII, da Lei nº. 9.717/98;	Declaração registro individualizado
26. Quando houver, no exercício, parcelamento de contribuições devidas pelo ente – parte patronal: lei autorizativa e termo de parcelamento, constando a quantidade e o valor das parcelas, o índice de atualização e a taxa de juros;	Parcelamento de contribuições
27. Quando ocorrer extinção do RPPS no exercício	
27.a) lei de extinção	Lei de extinção
27.b) extrato bancário do mês de encerramento com a respectiva conciliação	extrato bancário
27.c) balanço de encerramento	balanço encerramento
27.d) direitos e ativos e relação de bens	relação de bens
28. No último ano de mandato, demonstrativo das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres, identificando as liquidadas, não liquidadas, em ordem sequencial de número de empenhos, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários.	Despesas dos 2 últimos quadrimestres

TABELA 'F'

2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (CONTAS ANUAIS DE GESTÃO) (MUNICIPAL)	
2.5. CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
DOCUMENTO IN 35/2011	NOME DO ARQUIVO ELETRÔNICO
2. Relatório do conselho de deliberação máxima da associação;	Relatório conselho
3. Protocolo de Intenções e Alterações,	Protocolo de Intenções quando houver;
4. Comprovante de publicação do Protocolo de Intenções na imprensa oficial e das alterações posteriores, quando houver;	Publicação de protocolo
5. Leis de ratificação do Protocolo de Intenções;	Lei
6. Homologação da Assembleia Geral do Consórcio Público, quando for o caso;	Ata Assembleia

7. Comprovação do exame prévio e aprovação da assessoria jurídica do órgão;	Exame prévio
8. Comprovante de publicação da homologação da Assembleia Geral;	Publicação homologação
9. Relação dos contratos de rateio, dos contratos, dos convênios, dos repasses e contratos de programas firmados no exercício;	Relação de contratos
10. Ato de exclusão de ente consorciado;	Ato de exclusão
11. Documento comprobatório da publicação dos balanços;	Publicação
12. Balanço Orçamentário, conforme Anexo 12 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 12
13. Balanço Financeiro, conforme Anexo 13 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 13
14. Balanço Patrimonial, conforme Anexo 14 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 14
15. Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme Anexo 15 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 15
16. Anexos 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e 17 da Lei nº. 4.320/64;	
16.2 Anexo 2 da Lei n. 4.320/64	Anexo 2
16.3 Anexo 6 da Lei n. 4.320/64	Anexo 6
16.4 Anexo 7 da Lei n. 4.320/64	Anexo 7
16.5 Anexo 8 da Lei n. 4.320/64	Anexo 8
16.6 Anexo 9 da Lei n. 4.320/64)	Anexo 9
16.7 Anexo 10 da Lei n. 4.320/64	Anexo 10
16.8 Anexo 11 da Lei n. 4.320/64	Anexo 11
16.9 Anexo 17 da Lei n. 4.320/64	Anexo 17
17. Relação dos restos a pagar inscritos no exercício, discriminando os processados e não processados, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar inscritos
18. Relação dos restos a pagar pagos no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar pagos
19. Relação dos restos a pagar cancelados no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar cancelados
20. Justificativa e atos dos cancelamentos dos restos a pagar;	Justificativa
21. No último ano de mandato, demonstrativo das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres, identificando as liquidadas, não liquidadas, em ordem sequencial de número de empenhos, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários.	Despesas dos 2 últimos quadrimestres

TABELA 'G'

2 – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (CONTAS ANUAIS DE GESTÃO) (MUNICIPAL)

2.6. REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO

DOCUMENTO IN 35/2011	NOME DO ARQUIVO ELETRÔNICO
2. Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Subanexo I;	Cadastro dos responsáveis
3. Parecer técnico conclusivo da unidade de controle interno sobre as contas;	Parecer técnico
4. Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;	Pronunciamento
5. Certificado do gestor de aprovação em exame organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme regulamentação do Ministério Público da Previdência Social – MPS;	Certificado
6. Comprovante de publicação dos balanços;	Publicação
7. Balanço Orçamentário, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	Balanço Orçamentário
8. Balanço Financeiro, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	Balanço Financeiro
9. Balanço Patrimonial, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	Balanço Patrimonial
10. Balanço Patrimonial nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003 do exercício anterior;	Balanço Patrimonial anterior

11. Demonstração das Variações Patrimoniais, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	DVP
12. Demonstração Analítica dos Investimentos, nos termos da Portaria MPAS nº. 916/2003;	DAI
13. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras contendo, dentre outros: a avaliação da situação patrimonial e a avaliação e contabilização dos investimentos; os critérios utilizados para constituições de provisões, depreciações, amortizações e reavaliações, com indicação dos efeitos no patrimônio do RPPS;	Notas explicativas
14. Anexos 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 17 da Lei nº. 4.320/64;	
14.1 Anexo 1 da Lei n. 4.320/64	Anexo 1
14.2 Anexo 2 da Lei n. 4.320/64	Anexo 2
14.3 Anexo 6 da Lei n. 4.320/64	Anexo 6
14.4 Anexo 7 da Lei n. 4.320/64	Anexo 7
14.5 Anexo 8 da Lei n. 4.320/64	Anexo 8
14.6 Anexo 9 da Lei n. 4.320/64	Anexo 9
14.7 Anexo 10 da Lei n. 4.320/64	Anexo 10
14.8 Anexo 11 da Lei n. 4.320/64	Anexo 11
14.9 Anexo 17 da Lei n. 4.320/64	Anexo 17
15. Relação dos restos a pagar inscritos no exercício, discriminando processados e não processados, em ordem sequencial de número empenhos/ano, indicando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar inscritos
16. Relação dos restos a pagar pagos no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar pagos
17. Relação dos restos a pagar cancelados no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar cancelados
18. Justificativa e atos dos cancelamentos dos restos a pagar;	Justificativas
19. Avaliação atuarial anual;	Avaliação
20. Demonstrativo das despesas com manutenção do RPPS no exercício, nos termos do art. 15, da Portaria MPS nº. 402/2008, conforme Subanexo XLI;	Demonstrativo das despesas
21. Demonstrativo dos processos de concessão de benefícios pelo RPPS, cujos beneficiários tenham tempo de serviço certificado pelo RGPS, nos termos da Lei nº. 9.796/99 e art. 14 da Lei nº. 10.887/04, conforme Subanexo XXXVII;	Demonstrativos dos processos
22. Avaliação do desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no caso de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, nos termos do art. 58 da LC 101/00 – LRF;	Avaliação do desempenho arrecadação
23. Avaliação de desempenho das aplicações financeiras, nos termos do inciso III, do art. 22 da Resolução nº. 3.506/2007 do CMN, destacando a composição dos investimentos, o quadro comparativo de taxas ofertadas por instituições do mercado e a classificação efetuada por agências classificadoras de risco, quando se aplicar;	Avaliação do desempenho aplicações
24. Parecer do Conselho fiscal, quando se aplicar;	Parecer
25. Declaração em que se indique o endereço eletrônico na internet de disponibilização das receitas e despesas previdenciárias, nos termos do art. 9º, inciso III, da Lei nº. 10.887/04;	Declaração endereço
26. Declaração em que se afirme a disponibilização do registro individualizado aos servidores, mediante extrato anual, nos termos definidos no art. 18 da Portaria nº. 402/2008 do MPS e art. 1º, VII, da Lei nº. 9.717/98;	Declaração registro individualizado
27. Quando houver, no exercício, parcelamento de contribuições devidas pelo ente – parte patronal: lei autorizativa e termo de parcelamento, constando a quantidade e o valor das parcelas, o índice de atualização e a taxa de juros;	Parcelamento de contribuições
28. Quando ocorrer extinção do RPPS no exercício	

28.a) lei de extinção	Lei de extinção
28.b) extrato bancário do mês de encerramento com a respectiva conciliação	extrato bancário
28.c) balanço de encerramento	balanço encerramento
28.d) direitos e ativos e relação de bens	relação de bens
29. No último ano de mandato, demonstrativo das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres, identificando as liquidadas, não liquidadas, em ordem sequencial de número de empenhos, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Despesas dos 2 últimos quadrimestres

TABELA 'H'

3 – PODER LEGISLATIVO (MUNICIPAL)

DOCUMENTO IN 35/2011	NOME DO ARQUIVO ELETRÔNICO
2. Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno sobre as contas;	Parecer técnico
3. Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;	Pronunciamento
4. Documento comprobatório da publicação dos balanços;	Publicação
5. Balanço Financeiro, conforme Anexo 13 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 13
6. Balanço Patrimonial, conforme Anexo 14 da Lei nº. 4.320/64 do exercício e do exercício anterior;	Anexo 14
7. Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme Anexo 15 da Lei nº. 4.320/64;	Anexo 15
8. Anexos 2, 6, 7, 8, 9, 11 e 17 da Lei nº. 4.320/64;	
8.1 Anexo 2 da Lei n. 4.320/64	Anexo 2
8.2 Anexo 6 da Lei n. 4.320/64	Anexo 6
8.3 Anexo 7 da Lei n. 4.320/64	Anexo 7
8.4 Anexo 8 da Lei n. 4.320/64	Anexo 8
8.5 Anexo 9 da Lei n. 4.320/64	Anexo 9
8.6 Anexo 11 da Lei n. 4.320/64	Anexo 11
8.7 Anexo 17 da Lei n. 4.320/64	Anexo 17
9. Relação dos restos a pagar inscritos no exercício, discriminando os processados e não processados, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, indicando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar inscritos
10. Relação dos restos a pagar pagos no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar pagos
11. Relação dos restos a pagar cancelados no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;	Restos a pagar cancelados
12. Justificativa dos cancelamentos de restos a pagar;	Justificativa
13. No último ano de mandato: demonstrativo das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres, identificando as liquidadas e não liquidadas, em ordem sequencial de número de empenhos, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários.	Despesas dos 2 últimos quadrimestres
14. Instrumento normativo que fixa ou altera subsídio dos vereadores;	Lei
15. Folha de pagamento dos vereadores, do período de janeiro a dezembro;	Folha de pagamento
16. Resumo geral da folha de pagamento dos servidores;	Resumo geral
17. Inventário Analítico de bens móveis e imóveis (papel ou mídia);	Inventário

18. Extrato e conciliação bancária do mês de dezembro;	Extrato
19. Cópia dos decretos do executivo municipal referente a abertura de créditos adicionais ao legislativo.	Decretos